



CADERNO DE ENCARGOS

**Acordo Quadro para fornecimento de corretivos da volémia e outras soluções estéreis
às Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde**

2017/3



Índice

CAPÍTULO I Disposições gerais	3
Cláusula 1. ^a Objeto	3
Cláusula 2. ^a Acordo Quadro	3
Cláusula 3. ^a Prazo de vigência	4
Cláusula 4. ^a Forma e documentos contratuais	4
Secção II Obrigações das partes.....	5
Cláusula 5. ^a Obrigações dos cocontratantes	5
Cláusula 6. ^a Obrigações das entidades adquirentes	7
Cláusula 7. ^a Obrigações da SPMS.....	7
Cláusula 8. ^a Direitos de propriedade intelectual e industrial	8
Secção III Das relações entre as partes no Acordo Quadro	9
Cláusula 9. ^a Sigilo e confidencialidade.....	9
Cláusula 10. ^a Casos fortuitos ou de força maior.....	9
Cláusula 11. ^a Patentes, licenças e marcas registadas.....	9
Cláusula 12. ^a Suspensão do Acordo Quadro.....	10
Cláusula 13. ^a Resolução.....	10
Cláusula 14. ^a Cessão da posição contratual e subcontratação	11
Secção IV Monitorização e sanções	12
Cláusula 15. ^a Reporte e monitorização.....	12
Cláusula 16. ^a Sanções	12
CAPÍTULO II Dos procedimentos e contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro	12
Cláusula 17. ^a Disposições gerais	13
Cláusula 18. ^a Critérios de adjudicação	14
Cláusula 19. ^a Leilão Eletrónico	14
Cláusula 20. ^a Local e prazos de entrega.....	15
Cláusula 21. ^a Condições de Pagamento	16
Cláusula 22. ^a Características dos Preços	16
Cláusula 23. ^a Revisão de Preços	17
Cláusula 24. ^a Aditamentos	17
Cláusula 25. ^a Impossibilidade temporária de fornecimento	19
Cláusula 26. ^a Elementos Estatísticos.....	19
CAPÍTULO III Penalidades contratuais.....	20
Cláusula 27. ^a Incumprimento dos prazos de entrega.....	20
Cláusula 28. ^a Remuneração da SPMS.EPE	20
Cláusula 29. ^a Sanções	21
CAPÍTULO IV Resolução de litígios	21
Cláusula 30. ^a Foro competente	21
CAPÍTULO V Disposições finais	22
Cláusula 31. ^a Comunicações e notificações	22
Cláusula 32. ^a Contagem dos prazos	22
Cláusula 33. ^a Divulgação eletrónica	22
Cláusula 34. ^a Legislação aplicável	22
ANEXO I Lotes de produtos	23
ANEXO II Preço	27
ANEXO III Especificações Técnicas	31
Cláusula 1. ^a Âmbito	31



CAPÍTULO I **Disposições gerais**

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente concurso tem por objeto a seleção de cocontratantes para o Acordo Quadro que permitirá a aquisição de Corretivos da Volémia e outras soluções estéreis.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir:
 - a) Nos Acordos Quadro para a área da saúde, a celebrar entre a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (“SPMS”) e os fornecedores cujas propostas vierem a ser selecionadas;
 - b) Nas aquisições que venham a ser efetuadas pelas instituições e serviços do Serviço Nacional de Saúde (“entidades adquirentes”), independentemente da natureza obrigatória ou facultativa, do seu vínculo aos termos do Acordo-Quadro.
3. Quaisquer outras entidades de direito público podem aderir aos Acordos Quadro, nos termos legalmente permitidos, e efetuar as suas aquisições nas condições de aprovisionamento estabelecidas nos contratos, após assinatura de contrato de adesão ao Acordo Quadro.
4. Os bens a fornecer são os constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
5. Os aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência e os respetivos parâmetros base constam do Anexo II ao presente Caderno de Encargos.
6. São aspetos não submetidos à concorrência os que constam do Anexo III ao presente Caderno de Encargos, os quais devem ser observados nas propostas dos fornecedores, sob pena de exclusão.

Cláusula 2.ª

Acordo Quadro

1. O Acordo Quadro é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Acordo Quadro a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;



- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) Os esclarecimentos sobre as propostas adjudicadas prestados pelos adjudicatários;
 - e) As propostas adjudicadas.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado dos acordos quadro e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”) e aceites pelos adjudicatários nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo de vigência

1. O Acordo Quadro tem a duração de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, e considera-se automaticamente prorrogada a vigência do mesmo por períodos sucessivos de 3 (três) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. O prazo máximo de vigência do Acordo Quadro, incluindo prorrogações, é de 3 (três) anos.
3. Qualquer das partes pode opor-se à prorrogação da vigência do Acordo Quadro, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao seu termo ou à data de prorrogação.

Cláusula 4.ª

Forma e documentos contratuais

1. O Acordo Quadro será celebrado por escrito.
2. Fazem parte integrante do Acordo Quadro os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do presente caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, ou pelo órgão a quem esta competência tenha sido delegada;



- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao presente caderno de encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) As propostas adjudicadas;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelos adjudicatários sobre as propostas adjudicadas.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.
5. Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Secção II

Obrigações das partes

Cláusula 5.ª

Obrigações dos cocontratantes

Para além das previstas no CCP, constituem obrigações dos cocontratantes:

- a) Apresentar proposta a todos os convites no âmbito do Acordo Quadro, salvo na situação indicada na alínea a) do n.º 3 e no n.º 4, ambos da cláusula 17.ª;
- b) Fornecer os bens às entidades adquirentes, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos;
- c) Comunicar à SPMS e às entidades adquirentes, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, designadamente:
 - i.* Impossibilidade temporária de fornecimento;
 - ii.* Impossibilidade legal de fornecimento;
 - iii.* Substituição de artigos;
 - iv.* Descontinuação definitiva de artigos.



- d) Não alterar as condições do fornecimento dos bens ou serviços fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
- e) Não ceder, sem prévia autorização da SPMS, a sua posição contratual nos contratos celebrados com as entidades adquirentes;
- f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens ou serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- g) Comunicar à SPMS qualquer facto que ocorra durante a execução do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicados no contrato para a gestão do Acordo Quadro;
- h) Produzir relatórios de faturação e enviar estes relatórios à SPMS com uma periodicidade trimestral, designadamente para efeitos estatísticos, autorizando expressamente a SPMS ao tratamento dos dados fornecidos;
- i) Retificar os relatórios de faturação apresentados nos termos da alínea anterior sempre que sejam detetadas irregularidades nos valores;
- j) Sempre que solicitado pela SPMS, disponibilizar declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos Relatórios de Faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do Acordo Quadro;
- k) Comunicar à SPMS e às entidades adquirentes a nomeação do gestor de contrato responsável pela gestão do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao abrigo do mesmo, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- l) Disponibilizar a informação relevante para a gestão dos contratos à SPMS e às entidades adquirentes;
- m) Respeitar os termos e condições dos acordos celebrados com o Estado que se encontrem em vigor;
- n) Proceder à atualização dos bens e serviços no catálogo, submetendo as propostas de atualização, através de aditamentos no site do catálogo, à apreciação prévia da SPMS;
- o) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo Quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação, bem como os documentos que atestem o poder de representação do cocontratante;



- p) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do Acordo Quadro, não utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

Cláusula 6.ª

Obrigações das entidades adquirentes

1. Constituem obrigações das entidades adquirentes:
 - a) Reportar toda a informação relativa à contratação realizada ao abrigo do Acordo Quadro até 30 (trinta) dias úteis após a adjudicação ou sempre que tal lhes seja solicitado;
 - b) Proceder à avaliação do custo total da utilização nos procedimentos pré-contratuais celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, nos termos exigidos por lei;
 - c) Efetuar os procedimentos aquisitivos segundo as regras definidas no Acordo Quadro;
 - d) Nomear um gestor de categoria responsável pela gestão dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação aos cocontratantes com quem tenham celebrado contrato;
 - e) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
 - f) Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar, em tempo útil, à SPMS, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Acordo Quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo.
2. A informação referida na alínea a) do número anterior deve ser enviada através de meios eletrónicos, com o conteúdo e em conformidade com o modelo a disponibilizar pela SPMS.

Cláusula 7.ª

Obrigações da SPMS

Constituem obrigações da SPMS, no âmbito e nos limites fixados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, e sem prejuízo de outras que estejam previstas no presente Caderno de Encargos:



- a) Fiscalizar o cumprimento do Acordo Quadro e dos contratos de fornecimento celebrados ao abrigo do mesmo, designadamente para apuramento do cumprimento das obrigações contratuais por parte dos cocontratantes e das entidades adquirentes;
- b) Monitorizar a qualidade do fornecimento de bens, designadamente realizando auditorias e tratando a informação recebida ao abrigo do disposto nas cláusulas anteriores e, quando justificado, aplicar sanções em caso de incumprimento, incluindo a suspensão temporária ou a exclusão de algum cocontratante do Acordo Quadro, designadamente em caso de:
 - i.* reiterado reporte de falta de qualidade e/ou de falhas inesperadas na utilização dos produtos fornecidos por parte dos serviços utilizadores das entidades adquirentes e/ou incumprimento reiterado dos prazos de entrega dos bens;
 - ii.* deteção dos casos reiterados referidos na sublínea (i) anterior em ações de monitorização pela SPMS;
 - iii.* o cocontratante não apresentar proposta a procedimento lançado ao abrigo do Acordo Quadro, salvo se se verificar a situação prevista na alínea a) do n.º 3 e no n.º 4, ambos da cláusula 17.ª.
- c) Promover a atualização do Acordo Quadro, mantendo o tipo de prestação e os objetivos das especificações fixadas no Acordo Quadro e desde que tal se justifique em função da ocorrência de inovações tecnológicas, conquanto os preços unitários não sejam superiores;
- d) Definir linhas orientadoras e disponibilizar minutas de peças procedimentais às entidades adquirentes;
- e) Publicitar no seu portal da internet instruções ou orientações para proceder à avaliação do custo total de utilização dos bens e serviços objeto do Acordo Quadro.

Cláusula 8.ª

Direitos de propriedade intelectual e industrial

São da responsabilidade dos cocontratantes quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do Acordo Quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.



Secção III

Das relações entre as partes no Acordo Quadro

Cláusula 9.ª

Sigilo e confidencialidade

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos constantes do objeto do Acordo Quadro e a tratar como confidencial toda a informação e documentação a que tenham acesso no âmbito da sua execução, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. Exclui-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do Acordo Quadro, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados ou sejam do conhecimento público.

Cláusula 10.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Acordo Quadro.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 11.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade dos cocontratantes quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de bens ou na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.



Clausula 12.^a

Suspensão do Acordo Quadro

1. Sem prejuízo do direito de resolução do Acordo Quadro, a SPMS pode, em qualquer altura, suspender total ou parcialmente a execução do Acordo Quadro a um co-contratante.
2. A suspensão produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos cocontratantes no Acordo Quadro, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. A SPMS pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do Acordo Quadro.
4. Os cocontratantes não podem reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do Acordo Quadro.

Cláusula 13.^a

Resolução

1. O incumprimento das obrigações dos cocontratantes definidas nos Acordos Quadro dos contratos celebrados ao seu abrigo ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, confere à SPMS o direito à resolução do Acordo Quadro relativamente àquele, bem como o direito de solicitar o correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados.
2. Para efeitos da presente cláusula, e sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se consubstanciar incumprimento a verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada um dos cocontratantes:
 - a) Apresentação à insolvência, ou insolvência declarada pelo tribunal;
 - b) Incumprimento das suas obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - c) Prestação de falsas declarações;
 - d) Não apresentação dos relatórios previstos na Clausula 15.^a;
 - e) Recusa do fornecimento de bens ou da prestação de serviços a uma entidade adquirente;
 - f) Não atualização do Acordo Quadro nos termos do n.º 2 da cláusula 24.^a;
 - g) Não apresentação de proposta em procedimento lançado ao abrigo do Acordo Quadro, salvo se se verificar a situação prevista na alínea a) do n.º 3 e no n.º 4, ambos da cláusula 17.^a;



- h) Incumprimento, na execução de contrato celebrado ao abrigo do Acordo Quadro, das especificações técnicas e condições previstas no Acordo Quadro;
- 3. Não apresentação, sempre que tal lhe seja solicitado, de um dos documentos constantes no artº 8º do Programa de Concurso;
- 4. A resolução é notificada ao cocontratante em causa, por carta registada com aviso de receção, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
- 5. A resolução do Acordo Quadro relativamente a um cocontratante não prejudica a aplicação de qualquer das sanções previstas na cláusula 16.º.

Cláusula 14.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

- 1. Os cocontratantes só podem ceder a sua posição no Acordo Quadro, ou subcontratar total ou parcialmente o fornecimento dos bens objeto do Acordo Quadro mediante autorização prévia e por escrito da SPMS .
- 2. Para efeitos da autorização da cessão por parte da SPMS, o cocontratante, cedente, deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que lhe foram exigidos na fase de formação do Acordo Quadro.
- 3. Para efeitos da autorização da subcontratação por parte da SPMS, o cocontratante, subcontratante, deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos de habilitação e adesão ao catálogo através do formulário constante no site, relativos ao potencial subcontratado, que lhe foram exigidos na fase de formação do Acordo Quadro.
- 4. A SPMS deve pronunciar-se sobre a proposta do cocontratante no prazo de 30 dias a contar da respectiva apresentação, desde que regularmente instruída.
- 5. Nos casos em que a SPMS venha a autorizar a subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante a SPMS pelo exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.



Secção IV

Monitorização e sanções

Cláusula 15.ª

Reporte e monitorização

1. Os cocontratantes devem enviar relatórios de faturação com indicação das faturas emitidas relativas aos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, nos termos da alínea h) da cláusula 5.ª, em suporte eletrónico a disponibilizar pela SPMS.
2. O suporte eletrónico a que se refere o número anterior será disponibilizado pela SPMS.
3. Os relatórios a entregar pelos cocontratantes devem conter todos os dados e cumprir todas as formalidades exigidas pelo suporte eletrónico a que se refere o número anterior.
4. Caso sejam detetadas irregularidades ou não sejam apresentados os relatórios no prazo fixado para o efeito, a SPMS notifica o cocontratante para, num prazo não superior a 5 dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação no relatório enviado.
5. Os relatórios de faturação referidos no n.º 1 da presente cláusula devem ser enviados à SPMS até ao dia 20 do mês subsequente ao final do trimestre a que digam respeito. em formato eletrónico a definir pela SPMS.

Cláusula 16.ª

Sanções

1. O incumprimento das obrigações do cocontratante determina a aplicação de sanções pecuniárias nos termos a definir em cada procedimento.
2. O valor das sanções constantes do número anterior é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

CAPÍTULO II

Dos procedimentos e contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro



Cláusula 17.^a

Disposições gerais

1. Ao procedimento lançado ao abrigo do Acordo Quadro é aplicável o disposto no artigo 259.º do CCP, devendo as entidades adquirentes enviar convite aos cocontratantes do lote do Acordo Quadro ao abrigo do qual será lançado o procedimento.
2. Nos procedimentos para a celebração dos contratos de fornecimento referidos no número anterior, o critério de adjudicação adotado será o do mais baixo preço, sem prejuízo do previsto no número seguinte.
3. Para os efeitos previstos no número anterior, as entidades adquirentes e a SPMS em representação daquelas poderão estabelecer no convite a que se refere o n.º 1:
 - a) Um preço unitário máximo, pelo qual se dispõem a contratar, inferior ao constante do Acordo Quadro;
 - b) A constituição de lotes que agrupem mais do que uma substância ativa cujo fim terapêutico seja coincidente, permitindo-se a adjudicação da totalidade das quantidades previstas para o lote em causa de apenas uma daquelas substâncias ativas;
 - c) A constituição de lotes que agrupem mais do que uma dosagem da mesma substância ativa ou de outras substâncias ativas cujo fim terapêutico seja coincidente, permitindo-se a adjudicação da totalidade das quantidades previstas para o lote em causa de apenas uma daquelas substâncias ativas, independentemente da dosagem.
4. No caso previsto na alínea a) do número anterior, os cocontratantes cujo preço no Acordo Quadro seja superior não se encontram vinculados a apresentar proposta.
5. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 3, o convite deverá indicar que o preço deve ser apresentado para uma mesma unidade de medida, de forma a permitir a comparabilidade das propostas.
6. No contexto de cada procedimento lançado ao abrigo do Acordo Quadro pode cada concorrente apresentar proposta a um, a vários ou a todos os lotes previstos nesse procedimento, desde que relativos a Acordo Quadro no qual seja cocontratante.
7. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no contexto de cada procedimento lançado ao abrigo do Acordo Quadro deverão ser excluídas as propostas que sejam variantes, parciais no contexto de cada lote e/ou condicionadas, fora dos termos admitidos nas peças de procedimento;



8. Os cocontratantes devem obrigatoriamente apresentar proposta a todos os convites que lhe sejam endereçados nos termos n.º 1, sob pena de suspensão de apresentação de propostas conforme previsto no presente caderno de encargos, salvo nos casos previstos no n.º 4 da presente cláusula.
9. As entidades adquirentes podem recorrer ao leilão eletrónico, nos termos previstos no CCP, para melhorar os atributos das propostas apresentadas pelos concorrentes.
10. As propostas apresentadas pelos cocontratantes nos procedimentos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro não podem apresentar preços superiores aos apresentados nas propostas para a formação do mesmo, sob pena de exclusão das mesmas.
11. É sempre obrigatória a colocação do número do Acordo Quadro em cada nota de encomenda.
12. Os contratos que sejam celebrados ao abrigo do Acordo Quadro podem produzir efeitos para além da vigência do mesmo.
13. A celebração de novo Acordo Quadro com o mesmo objeto impossibilita qualquer renovação dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro a celebrar na sequência do presente procedimento.

Cláusula 18.ª

Critérios de adjudicação

1. A adjudicação nos procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro será efetuada segundo um dos critérios o critério definidos no número 2 da cláusula 17.ª, sem prejuízo do disposto no n.º seguinte.
2. Em caso de empate é adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.
3. O sorteio será realizado mediante convocatória enviada em simultâneo a todos os concorrentes em situação de igualdade, pelo menos com dois dias úteis de antecedência, indicando na mesma a data, hora e local.

Cláusula 19.ª

Leilão Eletrónico

1. Nos procedimentos a realizar ao abrigo do artigo 259.º do CCP, poderá haver lugar ao leilão eletrónico previsto nos artigos 140.º a 145.º do Código dos Contratos Públicos.



2. O leilão eletrónico decorrerá em Plataforma eletrónica de contratação pública disponibilizada pela SPMS.
3. Após a análise e avaliação das propostas, todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas, por um dos fundamentos do artigo 146.º do CCP, são simultaneamente convidados pela entidade adjudicante, por via eletrónica, a participar no leilão, sendo-lhes comunicado o lugar da ordenação das mesmas em que se encontram.
4. O único atributo da proposta objeto de leilão eletrónico será o preço unitário dos bens constantes no Anexo II ao Caderno de Encargos.
5. O leilão terá início decorridos 3 dias úteis a contar da data do envio dos convites, nos termos do n.º 1 do artigo 143.º do CCP.
6. Outras regras de funcionamento do leilão, designadamente o modo de licitação e o encerramento do leilão, serão fixadas no convite à participação no leilão, nos termos dos artigos 141.º e 142º do CCP.
7. As regras previstas no número anterior devem, em qualquer caso, garantir a confidencialidade relativamente à identidade dos fornecedores em leilão, nos termos do artigo 144.º do CCP.

Cláusula 20.ª

Local e prazos de entrega

1. As entregas dos bens deverão efetuar-se nos locais e nos prazos máximos indicados pelas entidades adquirentes.
2. Para efeitos do disposto na parte final do número anterior, considera-se entrega imediata a entrega no prazo máximo de 24 horas após a receção da nota de encomenda pelo cocontratante.
3. O prazo de entrega é o estabelecido no Acordo Quadro, não devendo ultrapassar 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de receção da Nota de Encomenda.
4. Sempre que ocorra um caso de força maior, nos termos previstos na Cláusula 10.ª, devidamente comprovado, e que implique a suspensão da entrega, devem os fornecedores, logo que dele tenham conhecimento, requerer à entidade adquirente que lhes seja concedida uma prorrogação do respetivo prazo.
5. A entidade adquirente pode, por motivo devidamente justificado, prorrogar o prazo de entrega.



6. Da situação referida no n.º 5 devem as entidades adquirentes e os fornecedores dar imediato conhecimento à SPMS.

Cláusula 21.ª

Condições de Pagamento

1. O prazo de pagamento aos fornecedores é de 60 dias.
2. O contrato de fornecimento pode estabelecer prazo diverso do referido no n.º 1 da presente cláusula, por acordo entre as instituições de saúde e o fornecedor, nos termos e limites previstos na lei.

Cláusula 22.ª

Características dos Preços

1. Os preços indicados nos Acordos Quadro não incluem o IVA e incluem, para além do custo unitário do produto, os seguintes custos:
 - a) Acondicionamento;
 - b) Embalagem.
 - c) Carga, transporte e descarga no local indicado para os locais de consumo, bem como seguros ou quaisquer outras despesas inerentes ao transporte.
2. No contexto dos procedimentos lançados ao abrigo dos Acordos Quadros, os concorrentes poderão apresentar fatores de redução dos preços propostos:
 - a) Por aquisição de quantidades, com indicação do desconto a efetuar sobre o preço unitário, de acordo com as quantidades;
 - b) Por descontos financeiros, com a indicação do desconto face ao prazo de pagamento.
3. Sempre que ocorra a situação prevista no n.º 2 os co-contratantes devem formalizar tais descontos de acordo com o previsto na Clausula 24ª.
4. Os concorrentes deverão preencher o campo específico no documento que constitui o Anexo A, relativo ao valor mínimo para cada nota de encomenda, o qual não poderá ser superior a 100€.
5. Caso este campo não seja preenchido, considerar-se-á que o concorrente não estabeleceu qualquer valor mínimo por encomenda.
6. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as entidades adjudicantes não poderão proceder a encomendas inferiores a uma embalagem.



7. As entidades adquirentes só deverão selecionar os medicamentos cujo preço unitário proposto seja igual ou inferior ao respetivo preço de venda ao armazenista.

Cláusula 23.ª

Revisão de Preços

1. Os fornecedores podem solicitar a revisão dos preços fixados nos Acordos Quadro, a título excepcional fundamentado em aprovações de preço efetuadas pelo INFARMED, I.P. não podendo, em caso algum, ser alteradas as restantes condições de fornecimento e as características constantes dos mesmos.
2. A revisão de preços só pode ocorrer após 12 (doze) meses contados do dia seguinte à entrada em vigor do Acordo Quadro e em casos devidamente justificados.
3. A revisão de preços referido na presente cláusula é formalizado mediante o aditamento referido na alínea a) do n.º 3 da cláusula 24.ª, a qual deverá conter as alterações introduzidas nos Acordos Quadro.

Cláusula 24.ª

Aditamentos

1. Quaisquer alterações de ordem financeira e técnica relativamente aos bens selecionados que ocorram durante o prazo de vigência dos Acordos Quadro devem ser obrigatoriamente comunicadas à SPMS.
2. Para formalização dos aditamentos deverão os cocontratantes proceder ao seu preenchimento on-line, submissão via internet, impressão, e envio via fax para a SPMS, com vista à sua autorização.
3. Para efeitos do n.º 1, consideram-se aditamentos os decorrentes das seguintes situações:
 - a) Aumento de Preços;
 - b) Redução de Preços;
 - c) Inserção de Descontos;
 - d) Descontinuação de artigos;
 - e) Substituição de artigos;
 - f) Redimensionamento da embalagem;
 - g) Interrupção Temporária de Fornecimento;



- h) Alteração de outros elementos.
4. Os aditamentos tipificados no número anterior deverão ser utilizados da forma e com base nos documentos necessários à comprovação dos requisitos que a seguir se indicam:
- a) Aumento de Preços: este aditamento deverá ser utilizado para formalização dos pedidos de aumento de preço referido na cláusula 23.ª, o qual só pode ser praticado após autorização da SPMS;
 - b) Redução de Preço: este aditamento deverá ser utilizado quando o cocontratante determina a redução de preço, diretamente junto da SPMS;
 - c) Inserção de Descontos: este aditamento deverá ser utilizado sempre que o cocontratante pretenda efetuar descontos no preço em função das quantidades ou de prazos de pagamento ou da localização da instituição. Não são aceites aditamentos que introduzam escalões de desconto menos favoráveis que os que constam do catálogo;
 - d) Descontinuação: este aditamento deverá utilizar-se sempre que o bem deixe de ser comercializado no mercado português, quer a nível público, quer a nível privado, devendo o cocontratante enviar para a SPMS cópia da notificação ao INFARMED, I.P. conforme o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 128/2013 de 5 de setembro;
 - e) Substituição: este aditamento deverá utilizar-se quando o cocontratante pretenda substituir um bem por outro, devendo, cumulativamente, a substituição obedecer aos seguintes requisitos:
 - i.* O bem a substituir esteja ou venha a ser descontinuado, facto que deve ser comprovado pelo cocontratante através do envio para a SPMS da notificação prevista nos n.ºs 2 e 3 do artigo 78 do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 128/2013 de 5 de setembro;
 - ii.* O bem substituto seja do mesmo fabricante;
 - iii.* O artigo substituto respeite as características previstas no presente Caderno de Encargos;
 - iv.* O bem substituto apresente preços e condições competitivas, proporcionais à qualidade e quantidade do bem que visa substituir.
 - f) Redimensionamento da embalagem: este aditamento deve ser utilizado quando o cocontratante pretenda alterar o número de unidades por embalagem, em relação à sua proposta inicial;



- g) Interrupção Temporária de Fornecimento: este aditamento deve ser utilizado sempre que haja uma interrupção de fornecimento nos termos do n.º 2 da cláusula 25.ª;
- h) Alteração de Outros Elementos : este aditamento tem carácter residual e deve ser utilizado quando o cocontratante proponha o mesmo artigo, mas pretenda alterar qualquer aspeto da sua proposta não contemplado nos restantes tipos de aditamentos, designadamente alteração do prazo de entrega, alteração da taxa do IVA ou alteração de custos de transporte.

Cláusula 25.ª

Impossibilidade temporária de fornecimento

1. Sempre que o cocontratante se encontre em situação de impossibilidade temporária de fornecimento, deverá comunicar fundamentadamente tal facto à SPMS.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se impossibilidade temporária de fornecimento uma interrupção de fornecimento por período não superior a 90 (noventa) dias contínuos.
3. Findo o prazo previsto no número anterior sem que a situação se regularize, deverá o cocontratante solicitar a prorrogação do prazo, reservando-se a SPMS, todavia, o direito de resolver o contrato.
4. Não é admissível a impossibilidade temporária de fornecimento nos primeiros 8 (oito) meses de vigência do Acordo Quadro, que será considerada incumprimento dos prazos de entrega nos termos da cláusula 27.ª.

Cláusula 26.ª

Elementos Estatísticos

1. Os cocontratantes obrigam-se ao envio trimestral dos elementos estatísticos referentes às aquisições efetuadas pelas entidades adquirentes, devendo fazer referência ao código, marca, quantidade e valor global de vendas.
2. Os elementos estatísticos devem ser enviados à SPMS impreterivelmente até ao dia 20 (vinte) do mês seguinte em relação ao trimestre de vigência do contrato.
3. O suporte a utilizar, para o envio dos elementos estatísticos, é a opção fornecida na aplicação do Cat@logo (registo de vendas).



4. Sempre que lhes seja solicitado pela SPMS, devem os cocontratantes facultar fotocópia das notas de encomenda emitidas pelas entidades adquirentes, bem como das faturas relativas às encomendas efetuadas no âmbito dos Acordos Quadro ou elementos estatísticos em prazo inferior ao estipulado no n.º 2 e a indicar pela SPMS.
5. O incumprimento do estipulado no n.º 1 pode implicar que a SPMS atue nos termos previstos na cláusula 16.ª.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais

Cláusula 27.ª

Incumprimento dos prazos de entrega

1. No caso de incumprimento do prazo de entrega dos bens estabelecido nos Acordos Quadro, o cocontratante em falta:
 - a) Ficará obrigado ao pagamento à entidade adquirente da diferença do valor entre o seu preço unitário e o preço unitário do fornecedor a que a entidade adquirente tiver de recorrer;
 - b) No caso de se tratar do único fornecedor selecionado, a entidade adquirente poderá aplicar ao cocontratante uma penalização de 1% do valor da encomenda, por cada dia de atraso, até ao limite de 30%.
2. As penalidades devidas nos termos da presente cláusula serão aplicadas por dedução do respetivo montante no pagamento subsequente devido ao abrigo do contrato.
3. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que as entidades adquirentes exijam uma indemnização pelo dano causado.

Cláusula 28.ª

Remuneração da SPMS.EPE

1. Poderá ser determinado por despacho do Membro do Governo responsável pela área das Finanças que os cocontratantes remunerem a SPMS, com uma periodicidade trimestral, pelos serviços de gestão, supervisão e comunicação, prestados no âmbito das suas atribuições e



relacionados com o acordo quadro, por um valor líquido correspondente a uma percentagem sobre o total da faturação emitida, sem IVA, às entidades adquirentes, naquele período.

2. Para efeitos do número anterior, os períodos de 3 meses correspondem ao trimestre de cada ano civil.

3. A SPMS emitirá a fatura correspondente ao trimestre em causa após a receção dos relatórios de faturação, devendo o pagamento em causa ser efetuado pelo cocontratante até ao 30.º dia a contar da data de receção da fatura

Cláusula 29.ª

Sanções

1. O incumprimento das obrigações fixadas no presente acordo quadro confere à SPMS,EPE o direito a ser indemnizada através da aplicação de sanção pecuniária, nos termos dos números seguintes.

2. Em caso de incumprimento da apresentação dos relatórios previstos na alínea h) da clausula 5ª, pode ser aplicada pela SPMS uma sanção pecuniária de 250,00 EUR por cada relatório em falta e dia de atraso.

3. Caso se verifique que os valores apresentados nos relatórios de faturação diferem dos valores efetivamente faturados às entidades em resultado da fiscalização será aplicada uma sanção pecuniária de 250,00 EUR.

4. Em caso de incumprimento da obrigação de atualização nos termos prevista nas Clausula 5ª será aplicada uma sanção de 500,00 EUR.

CAPÍTULO IV

Resolução de litígios

Cláusula 30.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



CAPÍTULO V

Disposições finais

Cláusula 31.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Acordo Quadro.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Acordo Quadro deve ser comunicada à outra parte, apenas produzindo efeitos após a data desta comunicação.

Cláusula 32.ª

Contagem dos prazos

A contagem dos prazos é feita nos termos do artigo 471.º do CCP.

Cláusula 33.ª

Divulgação eletrónica

1. Nos 15 dias úteis seguintes à notificação da adjudicação para efeitos de celebração de contrato no âmbito do Acordo quadro, deverá ser disponibilizada à SPMS para efeitos de integração em brochura eletrónica, e-book ou outro meio de divulgação eletrónico, imagem do bem selecionado e pequena sumula da sua utilização, destinado unicamente a fins comunicacionais.
2. Para este efeito a SPMS,EPE disponibilizará o layout em que a informação deverá ser prestada.
3. Os preços dos bens não serão incluídos no documento mencionado em 1.

Cláusula 34.ª

Legislação aplicável

O acordo quadro tem natureza administrativa e rege-se pelo direito português.



ANEXO I

Lotes de produtos

LOTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	UNIDADE PARA EFEITOS DE APRESENTAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO	CHNM/NPDM ou equivalente
1	A1052	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10052650, 10104691
2	A1053	ACETATO POTÁSIO 500ML (FR/AMP)	FRASCO/SACO/AMPOLA	
3	A215	AGUA DESTILADA P/IRRIGAÇÃO [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	V9099
4	A216	AGUA DESTILADA P/IRRIGAÇÃO [3000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	V9099
5	A217	AGUA DESTILADA P/IRRIGAÇÃO [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	V9099
6	A218	AGUA DESTILADA P/IRRIGAÇÃO [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	V9099
7	A222	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10052718
8	A223	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10052682
9	A224	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10052700
10	A225	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [5ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10052725
11	B101	BICARBONATO SÓDIO 1,4% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10056136
12	B102	BICARBONATO SÓDIO 1,4% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10053318
13	B103	BICARBONATO SÓDIO 1,4% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10035633
14	B109	BICARBONATO SÓDIO 8,4% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10031236
15	B110	BICARBONATO SÓDIO 8,4% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10035626
16	C261	CLORETO SÓDIO 0,9% PARA IRRIGAÇÃO [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005405
17	C262	CLORETO SÓDIO 0,9% PARA IRRIGAÇÃO [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005412
18	C263	CLORETO SÓDIO 0,9% PARA IRRIGAÇÃO [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005451
19	C335	CLORETO AMÓNIO 2% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	
20	C336	CLORETO CÁLCIO 10% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10031108
21	C343	CLORETO POTÁSSIO 7,5% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10024277, 10031122
22	C344	CLORETO SÓDIO PARA IRRIGAÇÃO [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	
23	C345	CLORETO SÓDIO 0,45% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005330
24	C346	CLORETO SÓDIO 0,9% PARA IRRIGAÇÃO [3000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	
25	C347	CLORETO SÓDIO 0,9% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10057341



LOTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	UNIDADE PARA EFEITOS DE APRESENTAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO	CHNM/NPDM ou equivalente
26	C348	CLORETO SÓDIO 0,9% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005405
27	C350	CLORETO SÓDIO 0,9% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005412
28	C351	CLORETO SÓDIO 0,9% [100/250 ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10075130
29	C352	CLORETO SÓDIO 0,9% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10057327
30	C353	CLORETO SÓDIO 0,9% [20ML;APLICNASAL]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10057327
31	C354	CLORETO SÓDIO 0,9% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005451
32	C356	CLORETO SÓDIO 0,9% [5ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10057334
33	C357	CLORETO SÓDIO 0,9% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005490
34	C358	CLORETO SÓDIO 0,9% [50/100 ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10075161
35	C359	CLORETO SÓDIO 20% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10031760
36	C360	CLORETO SÓDIO 20% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005241
37	C361	CLORETO SÓDIO 20% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10036151
38	C362	CLORETO SÓDIO 5% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	
39	C680	CLORETO de POTÁSSIO e CLORETO de SÓDIO [0,3% + 0,9%; 1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10068252
40	C948	CLORETO DE SÓDIO 0,64% PARA IRRIGAÇÃO SSB [500 ml]	FRASCO/SACO/AMPOLA	
41	C949	CLORETO DE SÓDIO 0,64% PARA IRRIGAÇÃO SSB [250 ml]	FRASCO/SACO/AMPOLA	
42	C950	CLORETO DE SÓDIO 0,64% PARA IRRIGAÇÃO SSB [25 ml]	FRASCO/SACO/AMPOLA	
43	D53	DEXTRANO 40 10% CL.Na 0,9%[500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10016939
44	D54	DEXTRANO 40 10% GLU 5% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10016921
45	D55	DEXTRANO 70 GLUCOSE 5% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10055326
46	D56	DEXTRANO 70 6% CL.Na 0,9% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10018121
47	F235	FOSFATO MONOPOTÁSSICO [137,5/10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10034190
48	G100	GLUCOSE 10% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10030668
49	G101	GLUCOSE 10% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10016992
50	G102	GLUCOSE 10% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10059495
51	G103	GLUCOSE 10% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10030650
52	G104	GLUCOSE 10% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10016113
53	G105	GLUCOSE 20% CLOR. SÓDIO 0,9% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	



LOTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	UNIDADE PARA EFEITOS DE APRESENTAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO	CHNM/NPDM ou equivalente
54	G106	GLUCOSE 20% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10056595
55	G107	GLUCOSE [20%;10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10058070
56	G108	GLUCOSE [20%;20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10060490
57	G109	GLUCOSE [20%;500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10056563
58	G110	GLUCOSE 2,5%, NaCl 0,3%, LACT. Na 0,31% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10029210
59	G111	GLUCOSE 30% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10018203
60	G112	GLUCOSE 30% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10022689
61	G113	GLUCOSE [30%;20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10030465
62	G114	GLUCOSE 3,33% CL Na 0,3% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10018858, 10045385
63	G115	GLUCOSE 5% CL. Na 0,15% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10029114
64	G116	GLUCOSE 5% CL. Na 0,3% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10025048
65	G117	GLUCOSE 5% CL. Na 0,3% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10018395, 10025023
66	G118	GLUCOSE 5% CL. Na 0,45% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10025055
67	G119	GLUCOSE 5% CL. Na 0,9% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10025094, 10056353
68	G120	GLUCOSE 5% CL. Na 0,9% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10025070, 10056385
69	G121	GLUCOSE 5% CLORETO SÓDIO 0,18% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	
70	G122	GLUCOSE 5% CLORETO SÓDIO 0,9% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10025087, 10056378
71	G123	GLUCOSE 5% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10030604
72	G124	GLUCOSE 5% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10016978, 10050230
73	G126	GLUCOSE 5% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10016985, 10046875
74	G127	GLUCOSE 5% [100/250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10081940
75	G128	GLUCOSE 5% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10029228, 10050215
76	G129	GLUCOSE 5% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10005992, 10050197
77	G130	GLUCOSE 5% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10009631, 10054039
78	G131	GLUCOSE 5% [50/100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10081965
79	G132	GLUCOSE 500 MG/ML [SOL INJ; 500 ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10058094



LOTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	UNIDADE PARA EFEITOS DE APRESENTAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO	CHNM/NPDM ou equivalente
80	G133	GLUCOSE-1-FOSFATO 1% (FOSF) [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	
81	G134	GLUCOSE-1-FOSFATO 1% (FOSF) [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10073961
82	G44	GELATINA MODIFICADA [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10031453, 10078517
83	G77	GLICEROFOSFATO SÓDICO 3,1%(FOSF)[20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10020275
84	G91	GLUCONATO CÁLCIO 10% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10029203, 10030344, 10069653
85	G94	GLUCONATO ZINCO 0,1% (ZINCO) [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10078798
86	G95	GLUCONATO ZINCO 0,78% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10074344
87	G98	GLUCOSE 10% CLORETO SÓDIO 0,9% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10048591
88	G99	GLUCOSE 10% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10063821
89	H115	HIDROXIETILAMIDA 10% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10020186
90	H116	HIDROXIETILAMIDA 6% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10071056
91	L92	LEVULOSE 10% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10030013
92	P192	POLIELECTROLÍTICO GLUCOSE 5% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10024494
93	P193	POLIELECTROLITICO GLUCOSE 5% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10026367
94	P197	POLIELECTROLÍTICO [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10029720
95	P198	POLIELECTROLÍTICO [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10030636
96	R50	RINGER E LACTATO [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10016031, 10028343
97	R51	RINGER E LACTATO [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10022671, 10028700
98	S110	SORBITOL E MANITOL [2,7%+0,54%; IRRIGAÇÃO VESIC]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10028860, 10035423
99	S149	SULFATO DE MAGNÉSIO 20% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10018349
100	S150	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	10053058



ANEXO II

Preço

LOTE	CÓDIGO	ARTIGO	UNIDADE (para efeitos de apresentação do Preço Unitário)	PREÇO BASE igual ou inferior a (Euros)
1	A1052	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,39€
2	A1053	ACETATO POTÁSIO 500ML (FR/AMP)	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
3	A215	AGUA DESTILADA P/IRRIGAÇÃO [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,88€
4	A216	AGUA DESTILADA P/IRRIGAÇÃO [3000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	4,39€
5	A217	AGUA DESTILADA P/IRRIGAÇÃO [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,81€
6	A218	AGUA DESTILADA P/IRRIGAÇÃO [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,08€
7	A222	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,14€
8	A223	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,06€
9	A224	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,23€
10	A225	AGUA ESTERILIZADA P.P.I. [5ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,12€
11	B101	BICARBONATO SÓDIO 1,4% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
12	B102	BICARBONATO SÓDIO 1,4% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
13	B103	BICARBONATO SÓDIO 1,4% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	3,10€
14	B109	BICARBONATO SÓDIO 8,4% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	3,83€
15	B110	BICARBONATO SÓDIO 8,4% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,78€
16	C261	CLORETO SÓDIO 0,9% PARA IRRIGAÇÃO [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,71€
17	C262	CLORETO SÓDIO 0,9% PARA IRRIGAÇÃO [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,93€
18	C263	CLORETO SÓDIO 0,9% PARA IRRIGAÇÃO [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,79€
19	C335	CLORETO AMÓNIO 2% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
20	C336	CLORETO CÁLCIO 10% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,89€
21	C343	CLORETO POTÁSSIO 7,5% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,64€
22	C344	CLORETO SÓDIO PARA IRRIGAÇÃO [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,84€
23	C345	CLORETO SÓDIO 0,45% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,51€
24	C346	CLORETO SÓDIO 0,9% PARA IRRIGAÇÃO [3000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	4,10€



LOTE	CÓDIGO	ARTIGO	UNIDADE (para efeitos de apresentação do Preço Unitário)	PREÇO BASE igual ou inferior a (Euros)
25	C347	CLORETO SÓDIO 0,9% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,19€
26	C348	CLORETO SÓDIO 0,9% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,64€
27	C350	CLORETO SÓDIO 0,9% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,94€
28	C351	CLORETO SÓDIO 0,9% [100/250 ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,46€
29	C352	CLORETO SÓDIO 0,9% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,29€
30	C353	CLORETO SÓDIO 0,9% [20ML;APLICNASAL]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,25€
31	C354	CLORETO SÓDIO 0,9% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,74€
32	C356	CLORETO SÓDIO 0,9% [5ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,12€
33	C357	CLORETO SÓDIO 0,9% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,78€
34	C358	CLORETO SÓDIO 0,9% [50/100 ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,70€
35	C359	CLORETO SÓDIO 20% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,48€
36	C360	CLORETO SÓDIO 20% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
37	C361	CLORETO SÓDIO 20% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,54€
38	C362	CLORETO SÓDIO 5% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
39	C680	CLORETO de POTÁSSIO e CLORETO de SÓDIO [0,3% + 0,9%; 1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	2,57€
40	C948	CLORETO DE SÓDIO 0,64% PARA IRRIGAÇÃO SSB [500 ml]	FRASCO/SACO/AMPOLA	5,20€
41	C949	CLORETO DE SÓDIO 0,64% PARA IRRIGAÇÃO SSB [250 ml]	FRASCO/SACO/AMPOLA	6,80€
42	C950	CLORETO DE SÓDIO 0,64% PARA IRRIGAÇÃO SSB [25 ml]	FRASCO/SACO/AMPOLA	3,20€
43	D53	DEXTRANO 40 10% CL.Na 0,9%[500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
44	D54	DEXTRANO 40 10% GLU 5% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
45	D55	DEXTRANO 70 GLUCOSE 5% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
46	D56	DEXTRANO 70 6% CL.Na 0,9% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
47	F235	FOSFATO MONOPOTÁSSICO [137,5/10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,65€
48	G100	GLUCOSE 10% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,66€
49	G101	GLUCOSE 10% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,98€
50	G102	GLUCOSE 10% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-



LOTE	CÓDIGO	ARTIGO	UNIDADE (para efeitos de apresentação do Preço Unitário)	PREÇO BASE igual ou inferior a (Euros)
51	G103	GLUCOSE 10% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,26€
52	G104	GLUCOSE 10% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,18€
53	G105	GLUCOSE 20% CLOR. SÓDIO 0,9% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
54	G106	GLUCOSE 20% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	3,28€
55	G107	GLUCOSE [20%;10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,64€
56	G108	GLUCOSE [20%;20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,69€
57	G109	GLUCOSE [20%;500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	2,08€
58	G110	GLUCOSE 2,5%, NaCl 0,3%, LACT. Na 0,31% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
59	G111	GLUCOSE 30% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	3,45€
60	G112	GLUCOSE 30% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	2,36€
61	G113	GLUCOSE [30%;20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,50€
62	G114	GLUCOSE 3,33% CL Na 0,3% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,63€
63	G115	GLUCOSE 5% CL. Na 0,15% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	2,27€
64	G116	GLUCOSE 5% CL. Na 0,3% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
65	G117	GLUCOSE 5% CL. Na 0,3% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,22€
66	G118	GLUCOSE 5% CL. Na 0,45% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,92€
67	G119	GLUCOSE 5% CL. Na 0,9% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,18€
68	G120	GLUCOSE 5% CL. Na 0,9% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,04€
69	G121	GLUCOSE 5% CLORETO SÓDIO 0,18% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
70	G122	GLUCOSE 5% CLORETO SÓDIO 0,9% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,02€
71	G123	GLUCOSE 5% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,42€
72	G124	GLUCOSE 5% [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,75€
73	G126	GLUCOSE 5% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,03€
74	G127	GLUCOSE 5% [100/250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
75	G128	GLUCOSE 5% [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,34€
76	G129	GLUCOSE 5% [250ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,82€
77	G130	GLUCOSE 5% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,87€



LOTE	CÓDIGO	ARTIGO	UNIDADE (para efeitos de apresentação do Preço Unitário)	PREÇO BASE igual ou inferior a (Euros)
78	G131	GLUCOSE 5% [50/100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,99€
79	G132	GLUCOSE 500 MG/ML [SOL INJ; 500 ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	4,89€
80	G133	GLUCOSE-1-FOSFATO 1% (FOSF) [100ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
81	G134	GLUCOSE-1-FOSFATO 1% (FOSF) [20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
82	G44	GELATINA MODIFICADA [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	18,10€
83	G77	GLICEROFOSFATO SÓDICO 3,1%(FOSF)[20ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	6,87€
84	G91	GLUCONATO CÁLCIO 10% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,71€
85	G94	GLUCONATO ZINCO 0,1% (ZINCO) [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	7,47€
86	G95	GLUCONATO ZINCO 0,78% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	7,47€
87	G98	GLUCOSE 10% CLORETO SÓDIO 0,9% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
88	G99	GLUCOSE 10% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,54€
89	H115	HIDROXIETILAMIDA 10% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
90	H116	HIDROXIETILAMIDA 6% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	24,56€
91	L92	LEVULOSE 10% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	-
92	P192	POLIELECTROLÍTICO GLUCOSE 5% [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,45€
93	P193	POLIELECTROLITICO GLUCOSE 5% [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,34€
94	P197	POLIELECTROLÍTICO [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,35€
95	P198	POLIELECTROLÍTICO [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,28€
96	R50	RINGER E LACTATO [1000ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,27€
97	R51	RINGER E LACTATO [500ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	0,90€
98	S110	SORBITOL E MANITOL [2,7%+0,54%; IRRIGAÇÃO VESIC]	FRASCO/SACO/AMPOLA	6,91€
99	S149	SULFATO DE MAGNÉSIO 20% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,31€
100	S150	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% [10ML]	FRASCO/SACO/AMPOLA	1,82€



ANEXO III
Especificações Técnicas

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Âmbito

Os medicamentos e dispositivos médicos objeto do presente procedimento destinam-se ao uso hospitalar em instituições do SNS e nos Cuidados de Saúde Primários.

Cláusula 2.ª

Características

Os concorrentes devem preencher as características dos medicamentos e dispositivos médicos, constantes no formulário eletrónico mencionado no artigo 8.º do Programa de Concurso.

Cláusula 3.ª

Requisitos Gerais

Só são selecionados no presente procedimento os equipamentos ou dispositivos médicos que preencham os requisitos estabelecidos no clausulado das especificações técnicas.

Cláusula 4.ª

Embalagem adaptada à dose unitária e hospitalar

1. Sempre que possível, a embalagem primária deverá conter, por unidade, as seguintes menções, adaptadas à distribuição em dose unitária:
 - a) Composição qualitativa e quantitativa em Denominação Comum Internacional ou, na sua falta, em nome corrente;
 - b) Marca comercial;
 - c) Prazo de validade;
 - d) Número de lote de fabrico;
 - e) Modo e via de administração.



2. No caso de o produto ser proposto em embalagem hospitalar é igualmente obrigatória a inclusão do folheto informativo na mesma, aquando do seu fornecimento às entidades adquirentes.
3. Poderão ser solicitadas amostras sempre que seja considerado conveniente, para aferição dos requisitos constantes do n.º 1.

Clausula 5.ª

Prazo de validade dos medicamentos

Só poderão ser fornecidos medicamentos cuja validade seja igual ou superior a doze (12) meses, a contar da data do fornecimento, a não ser que:

- a) Seja tecnicamente inviável.
- b) Exista acordo da entidade adjudicante para a recepção de medicamento com prazo de validade inferior.

Clausula 6.ª

Formas de apresentação

Nos termos do Manual de Implementação do CHNM, disponível no site do INFARMED, os recipientes dos bens objeto do presente procedimento, têm o seguinte agrupamento:

Recipiente	Agrupamento	Abreviatura do Agrupamento
Ampola	Frasco	Fr
Frasco	Frasco	Fr
Frasco para injectáveis	Frasco	Fr
Saco	Frasco	Fr

Os concorrentes para cada lote podem apresentar várias formas de apresentação preenchendo para o efeito os campos disponíveis no formulário eletrónico mencionado no ponto 2.2 do artº 8º do Programa de Concurso.

É celebrado um contrato público de aprovisionamento por Lote, podendo para esse lote os concorrentes apresentar várias formas de apresentação.